

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1382903 - SE
(2018/0271897-3)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : JADILSON FLORENCIO DE JESUS
ADVOGADOS : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA - PR048250
JULIANA TRAUTWEIN CHEDE - PR052880
AGRAVADO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO
SEGURO DPVAT SA
ADVOGADOS : KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ E
OUTRO(S) - SE002592
LUIS FELIPE FREIRE LISBOA - DF019445
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. DESCABIMENTO. DESCUMPRIMENTO DO PRAZO LEGAL PARA PAGAMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA. NÃO COMPROVAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. A correção monetária na indenização do seguro DPVAT somente ocorre quando esta for realizada fora do prazo legal de 30 dias, contados do requerimento para pagamento administrativo.

2. Rever a conclusão da Corte de origem, no sentido de que não houve comprovação da data do requerimento administrativo a fim de verificar se o pagamento ocorreu após o prazo legal, seria necessário o revolvimento fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator